Intercâmbios Agroecológicos: encontros entre a Educação do Campo e a Agroecologia na Zona da Mata mineira

Fabrizio Vassalli Zanelli¹
Lourdes Helena da Silva²
Élida Lopes Miranda³
Irene Maria Cardoso⁴
Breno de Mello Silva⁵

¹ UFV. fabricio.zanelli@gmail.com

² UFV. lhsilva@ufv.br

³ UFV. elida.miranda@ufv.br

⁴ UFV. irene@ufv.br

⁵ CTA-ZM. breno@ctazm.org.br

RESUMO

No texto a seguir, buscamos realizar uma reflexão sobre a realização dos Intercâmbios Agroecológicos na Zona da Mata de mineira. Essa experiência está em curso há mais de 5 anos e se aproxima do que, no âmbito da América Latina, tem se destacado como experiências promissoras de partilha e recriação do conhecimento agroecológico. Realizamos de início uma apresentação do contexto histórico da Zona da Mata mineira, ressaltando como a experiência chega à região e como ela foi adaptada à sua realidade. Na sequência, procuramos caracterizar os Intercâmbios Agroecológicos, tanto em suas propostas quanto no seu desenvolvimento prático, além de demonstrar a abrangência da experiência. Adiante, nosso foco se converte em uma revisão dos princípios da Educação do Campo e da Agroecologia, para, por fim, extrairmos uma reflexão sobre o entrelaçamento desses conceitos na realização dos Intercâmbios Agroecológicos.

Palavras-chave: Intercâmbios Agroecológicos, Educação do Campo, Agroecologia.

Introdução

No presente trabalho, nosso propósito é descrever e analisar a experiência educativa dos Intercâmbios Agroecológicos, um programa realizado nos últimos 6 anos em comunidades de famílias agricultoras da Zona da Mata de mineira, como uma iniciativa dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Especificamente no âmbito da UFV, destacam-se as ações de dois Programas de Estudos, que, desde 2010, têm apoiado e acompanhado sistematicamente a realização dos Intercâmbios Agroecológicos: o *(Agro)Ecologia de Saberes na Zona da Mata*

Mineira, financiado pelo CNPq/MDA¹, tem buscado potencializar as iniciativas de Agroecologia na região, e o Observatório da Educação do Campo/Capes/Inep/² tem buscado analisar a iniciativa em curso e seu significado para a Educação do Campo na Zona da Mata.

Na realização do propósito de caracterizar as ações desenvolvidas nos Intercâmbios Agroecológicos e analisar suas contribuições para transformações na agricultura e no processo de produção coletiva e socialização do conhecimento, recorreremos tanto à análise de fontes documentais — publicações sobre as temáticas de Educação do Campo, Agroecologia e Intercâmbios, como projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelo CTA-ZM e pela UFV, com apoio dos órgãos financiadores — quanto aos dados obtidos por questionários e observações dos Intercâmbios realizados no ano de 2012. A análise dessas informações possibilitou a identificação de indícios sobre a dimensão pedagógica dos Intercâmbios Agroecológicos e, mais especificamente, sobre suas interfaces com o movimento da Educação do Campo. Entendendo os Intercâmbios em sua perspectiva pedagógica, é possível questionar ainda: Qual a natureza das práticas educativas que vêm sendo desenvolvidas nesses espaços? Veremos...

Antecedentes históricos

Durante as décadas de 1970 e 1980, o processo denominado Revolução Verde (RV) já encontrava-se em ampla disseminação pelo território nacional como único modo viável de realizar agricultura em tempos de crescimento populacional e fome mundial. Fazia-se presente nos órgãos públicos das três esferas, assim como nas instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Esse processo assumiu a postura de violência física e simbólica e, de acordo com Sevilla-Guzmán (2005), a RV pode ser vista como fase do processo maciço de descampesinação, que trouxe duas consequências fundamentais: em primeiro lugar, a degradação sociocultural do campesinato, envolvendo amplos processos de grilagem e conflitos entre latifundiários e camponeses; e, em segundo lugar, a separação homem-natureza e a mercantilização desta por aquele: “Isso gerou um manejo dos recursos

¹ Projeto (Agro)Ecologia de Saberes. Edital nº 58/2010 CNPq/MDA/SAF.

² Programa de Estudos intitulado *Práticas de Educação de Jovens e Adultos, Letramento e Alternâncias Educativas*, desenvolvido em rede pelos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFV/UFSJ/UEMG, no âmbito do Programa Observatório da Educação do Campo/Capes/Inep, Edital nº 038/210.

naturais em que a fertilidade natural do solo — e sua constatação como algo vivo — foi substituída por sua utilização como algo inerte alimentado pela química sintética” (SEVILLA-GUZMÁN, 2005, p. 118).

Como contraponto a esse processo, no mesmo período emergiram, em diversas regiões do Brasil, movimentos sociais e redes compostas por agricultores familiares, técnicos, estudantes e professores universitários dispostos a encontrarem alternativas ao modelo de RV. Nesse contexto, na Zona da Mata mineira nasceu o CTA-ZM, que, ao longo dos 25 anos de sua atuação realizada em parceria com a UFV e as organizações sociais de agricultores familiares, enfrentou uma série de desafios instrumentais, técnicos, científicos e também, como destacam Cardoso e Ferrari (2006), de natureza metodológica. No que tange ao aspecto metodológico, as dificuldades iniciais foram grandes, na medida em que a motivação ecológica sobrepunha a preocupação com a construção coletiva do conhecimento. Apesar de realizarem ferrenhas críticas à postura dos técnicos extensionistas tradicionais no trabalho com os agricultores, os técnicos do CTA-ZM não conseguiam superar a dimensão da crítica na perspectiva de construção de instrumentos pedagógicos que fossem capazes de responder aos objetivos propostos (CARDOSO e FERRARI, 2006).

Entretanto, paulatinamente a preocupação com a construção coletiva do conhecimento foi ganhando espaço nas proposições e práticas do CTA-ZM e dos seus parceiros. Nesse processo, ferramentas como o Diagnóstico Rápido Participativo, assim como os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa-ação, foram de muita importância. Além destas, muitas foram as estratégias adotadas, ficando cada vez mais evidente que a necessidade do reconhecimento “[...] de entrelaçar saberes populares e científicos nos processos de construção do conhecimento agroecológico encerra um grande desafio de natureza metodológica” (CARDOSO e FERRARI, 2006, p. 28).

O CTA-ZM, além das parcerias regionais, teve suporte para o enfrentamento do desafio de avançar em sua perspectiva metodológica através de sua articulação em Redes Nacionais e Internacionais de Agroecologia. Foi via a inserção nessas Redes que os Intercâmbios Agroecológicos foram incorporados, a partir de 2007, como uma importante estratégia de construção e fortalecimento da Agroecologia na região. O Programa Intercâmbios Agroecológicos fundamenta-se na metodologia denominada *campesino-campesino*, ou *Camponês a Camponês*, desenvolvida nos países da América Central.

Sob inspiração dessas experiências é que os Intercâmbios Agroecológicos têm

sido, desde 2007, apresentados aos órgãos financiadores como uma das estratégias de promoção da Agroecologia na Zona da Mata mineira. Após a realização de diferentes estratégias de fortalecimento da Agroecologia na região, os Intercâmbios têm sido considerados como potencializadores do movimento agroecológico.

Caracterização dos Intercâmbios Agroecológicos

A proposta metodológica do campesino a campesino (MACHÍN SOSA *et al.*, 2012), ao ser apropriada pelo Movimento da Agroecologia da Zona da Mata mineira foi sendo reconfigurada. Assim, na busca de uma adaptação ao contexto regional, essa metodologia foi incorporando elementos comuns existentes nos trabalhos do CTA-ZM com a agricultura familiar camponesa na região. Torna-se, portanto, necessário caracterizar os Intercâmbios Agroecológicos em suas principais ideias-força, assim como descrever as diferentes estratégias educativas que vêm sendo desenvolvidas na região.

→ Princípios dos Intercâmbios Agroecológicos

Ainda que a Agroecologia tenha sua importância manifestada pelas pautas dos movimentos sociais, por diversos estudos acadêmicos e, recentemente, também pela Organização das Nações Unidas (ONU) (DE SCHUTTER, 2010), os trabalhos desenvolvidos por instituições públicas e órgãos de Ater têm crescido de forma tímida e, portanto, não conseguem suprir a demanda da agricultura familiar e camponesa do Brasil. Buscando suprir essa lacuna, os Intercâmbios Agroecológicos se propõem a ampliar a escala de disseminação da Agroecologia, através de uma metodologia que seja simples, diminuindo a necessidade de especialização técnica e de material físico para sua realização. Por esse motivo, a proposta metodológica passa a ser, aos poucos, assumida pelas organizações e movimentos de agricultores da região.

Nesse sentido, são realizadas visitas que se valem da metodologia das excursões pedagógicas (MAKARENKO, 2005), levando os agricultores a conhecerem as propriedades dos vizinhos, favorecendo o conhecimento dos *autores, atores e agentes* em seus próprios territórios (BARBOSA, 2005), a integração e a troca de saberes.

Os Intercâmbios Agroecológicos constituem uma metodologia que articula diversos procedimentos técnicos para a análise do agroecossistema de forma integral e se valem de algumas técnicas dos Diagnósticos Rápidos Participativos, como a caminhada transversal. A proposta é que essas caminhadas sirvam como elemento de

descoberta, reflexão e problematização. Como são realizadas coletivamente, permitem um espaço de trocas de experiências, técnicas de manejo, usos dos recursos, enfim, de partilha de conhecimentos. Espera-se, com esse procedimento, que as famílias agricultoras possam tanto realizar mudanças no manejo dos agroecossistemas familiares quanto recuperar os costumes, os hábitos alimentares, as manifestações culturais, enfim, apoiar a manutenção/(re)existência do modo de vida camponês. Um fator importante da metodologia proposta é a interação entre agricultores já envolvidos em atividades anteriores e aqueles que se iniciam no processo, para garantir o compartilhamento de informações a partir de diferentes desafios.

A proposta metodológica do “Campesino a Campesino” (MACHÍN SOSA et all, 2012), ao ser apropriada pelo Movimento da Agroecologia da Zona da Mata Mineira foi sendo reconfigurada. Assim, na busca de uma adaptação ao contexto regional, essa metodologia foi incorporando elementos comuns existentes nos trabalhos do CTA com a agricultura familiar camponesa na região. Torna-se, portanto, necessário caracterizar os Intercâmbios Agroecológicos em suas principais ideias-força, assim como descrever as diferentes estratégias educativas que vem sendo desenvolvidas na região.

Atualmente, a estratégia dos Intercâmbios Agroecológicos é desenvolvida através da parceria entre STR's, CTA-ZM e UFV, em quatro municípios da Zona da Mata mineira: Araponga, Caparaó, Divino e Espera Feliz. Além dos STRs, participam outras organizações de agricultores familiares, como Associações de Agricultores Familiares, Cooperativas de Crédito Solidário, Associações de Escolas Famílias Agrícolas, Grupos de Jovens Rurais, Associações de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Cooperativas de Produção, Associações de Terapeutas Naturais e representantes de pastorais de igreja e de comunidade quilombola. Na Figura 1, que apresenta a área de abrangência do CTA-ZM, é possível localizar os municípios onde atualmente se desenvolve a experiência.

Os estudos têm mostrado que estas são metodologias que os movimentos sociais encontraram para enfrentar a dependência criada pelo quadro atual da agricultura industrializada, e que se disseminaram facilmente nesses países, por sua facilidade de custos e pela rápida e intensa transformação que tem provocando nestes países, como o caso de Cuba. Ao romperem com a dependência de um técnico/cientista que é o único responsável por emitir o saber, instalam processos de partilha de conhecimentos entre todos – agricultores, técnicos, pesquisadores – tendo como base dispositivos como as

caminhadas, os círculos de conversa, mutirões, visitas, oficinas, etc. Os estudiosos cubanos afirmam que a base do êxito da metodologia Campesino a Campesino (CAC) está em “descobrir, reconhecer, aproveitar e socializar o rico acervo de conhecimentos das famílias e comunidades agrícolas, ligado as suas condições históricas concretas e à sua própria identidade” (MACHÍN SOSA et al. 2012. p.67).

→ **As práticas dos Intercâmbios na Zona da Mata mineira**

Os Intercâmbios Agroecológicos constituem uma metodologia que articula diversos procedimentos técnicos para a análise do agroecossistema de forma integral, que se valem dos Diagnósticos Rápidos Participativos, da caminhada transversal, do círculo de cultura inspirado nas ideias de Paulo Freire, entre outros. O pressuposto básico é a problematização das questões vivenciadas pelos agricultores e a busca coletiva pela superação do problema. Sendo assim, o procedimento básico para a realização dos Intercâmbios é o seguinte:

Antecedendo ao evento, ocorre o processo de mobilização da comunidade, que é realizado pelo STR local. Os representantes do STR, ao assumirem a proposta, cumprem um papel fundamental de conversar com cada família agricultora e convidá-la para o evento, além de conversar com a família anfitriã e explicar o funcionamento da atividade.

Quando a comunidade recebe o Intercâmbio pela primeira vez, normalmente é trabalhada uma temática geral, envolvendo natureza, agricultura familiar, diversidade e/ou agrotóxicos. A intenção dos parceiros envolvidos na realização dos Intercâmbios é aproximar-se da realidade daquela comunidade, de maneira a criar uma ambiência propícia à realização dos próximos Intercâmbios. A partir do primeiro Intercâmbio, os temas dos próximos são definidos coletivamente, de acordo com as necessidades do grupo e da capacidade de “resposta” da equipe de técnicos e pesquisadores envolvida. Em geral, os temas trabalhados são: Sistemas Agroflorestais, Manejo e Conservação do Solo, Análise de Solo, Gênese e Biologia do Solo, Plantas Indicadoras, Adubos Verdes, Criação Animal, Nutrição Animal, Armazenamento/Beneficiamento, Ecologia de Insetos e Micro-organismos, Compostagem, Uso de Biofertilizantes e Caldas Naturais, Homeopatia, Viveiro e Formação de Mudas, Resgate de Sementes e Variedades Crioulas, Proteção de Nascentes e Mananciais, Turismo Rural, Comercialização e Beneficiamento, Segurança Alimentar, Políticas Públicas para os Povos do Campo, Agrotóxicos, entre outros.

Mobilizada a comunidade e definido o tema, chega o dia do Intercâmbio. Cada família agricultora leva algo para partilhar no lanche, sendo que a proposta é que sejam produtos vindos de suas propriedades: queijos, sucos, bolos, broas, assados, cozidos... enfim, uma infinidade de sabores da cozinha mineira agroecológica!

As atividades têm início com a apresentação inicial de todos os participantes, normalmente em torno de 25 por Intercâmbio. Logo depois, é o momento de o grupo conhecer a história da família e da propriedade. Na maioria das vezes, o casal conta como se conheceu, como foi o noivado, o casamento e como chegaram à terra onde vivem. Esse momento possui uma contribuição extremamente importante, pois permite trazer à tona diversos elementos do passado, tais como culturas, festividades, trabalho, transportes, concentração fundiária. Além disso, cumpre o papel de descontração, aproximando os participantes e propiciando os Ambientes de Interação Agroecológica, nome do projeto assumido pelo CTA-ZM.

Em seguida, todos realizam uma caminhada pela propriedade. A intenção é permitir que o grupo conheça o agroecossistema daquela unidade familiar: as nascentes; o uso dos diversos extratos da propriedade; os tipos de plantio e o manejo realizado; as árvores nativas; os animais domesticados e silvestres; as aves; as abelhas e demais insetos; características do solo; plantas espontâneas; doenças, infestações e dificuldades na produção familiar; integração entre agricultura e criação animal.

Quando o grupo é grande, divide-se em subgrupos. Cada participante deve trazer, ao final da caminhada, um objeto que lhe despertou interesse ao longo da caminhada pela propriedade: uma folha, semente, torrão de solo, galho, lixo, qualquer coisa. Ao retornarem ao terreiro da casa, forma-se uma roda de conversas, e os participantes apresentam seus objetos, dizendo por que aquele objeto lhes chamou a atenção, dão sugestões, trocam experiências, etc. Normalmente, surgem questões que são esclarecidas pela família anfitriã, como, por exemplo, por que mantiveram uma árvore no meio do cafezal ou como manejam o solo.

Os técnicos presentes incentivam ao máximo o diálogo entre o grupo. Geralmente, eles esperam a resposta dos agricultores e, em caso de ninguém ter a resposta, respondem e/ou sugerem a exploração da questão em um próximo Intercâmbio. O papel do técnico, nesses casos, é muito mais de mediador do debate do que de palestrante, ou seja, quanto menor sua intervenção durante um Intercâmbio, maiores são os indícios de participação dos agricultores. É exatamente isso que sugerem os estudos (ROSSET *et al.*, 2011; HOLT-GIMENEZ, 2011; MACHÍN SOSA *et al.*

2012), que, analisando o papel dos técnicos, afirmam que a metodologia camponês a camponês “[...] embora não os exclua como participantes, sim, exige deles uma mentalidade diferente, atitudes diferentes, pois já não são os donos da verdade, e sim participantes com papéis definidos” (MACHÍN SOSA *et al.* 2012, p. 69).

Sob essa inspiração, nos Intercâmbios Agroecológicos, todo conhecimento é (re)criado coletivamente na roda, nos terreiros de café, nos quintais das casas, nas sombras dos sistemas agroflorestais! Há o aprofundamento sobre a função de cada estrato do agroecossistema, os participantes saem dos Intercâmbios com um conhecimento mais profundo, pois foi socializado, acrescido e reincorporado por todos. Ao final, ocorre a troca de mudas e sementes das propriedades dos agricultores e também de cartilhas referente à questão agroecológica. Além disso, como já destacado, é definida coletivamente a próxima família/propriedade onde ocorrerá o Intercâmbio, bem como o dia e a temática.

Os procedimentos apresentados no tópico acima são os que ocorrem com maior frequência, caracterizando a dinâmica dos Intercâmbios. Todavia, ocasionalmente ocorrem variações na dinâmica proposta, que podem ser descritas de maneira simplificada em três situações: a) quando são desenvolvidas oficinas; b) quando ocorrem os Intercâmbios Ampliados, com o desenvolvimento de diversas oficinas ao mesmo tempo; c) quando os Intercâmbios não acontecem nas propriedades da comunidade e, em vez disso, são realizadas visitas em outros municípios.

As oficinas, normalmente, são realizadas quando o Intercâmbio acontece na mesma propriedade pela segunda vez, indicando, assim, que já foram efetuados Intercâmbios nas propriedades de todos os participantes daquela comunidade. Assim, nessa segunda edição do Intercâmbio, após as famílias relatarem seus maiores desafios para o avanço da Agroecologia na propriedade, os apoiadores do Intercâmbios — STR, CTA-ZM e UFV —, buscam identificar e convidar pessoas com domínio da temática apresentada pela família para aprofundá-la e buscar alternativas e/ou soluções para que se possa avançar e potencializar a transição agroecológica.

Enquanto nas oficinas o número de participantes é menor, existem situações nas quais o STR local promove um Intercâmbio de maior participação da comunidade, girando em torno de 150 pessoas, buscando dar maior visibilidade à Agroecologia e às ações do movimento sindical no município. Nesses encontros maiores, aqui denominados *Intercâmbios Ampliados*, a presença de um número elevado de participantes e, ao mesmo tempo, de poucos moderadores favoreceu como opção

metodológica a realização de várias oficinas simultâneas³. É importante destacar que os momentos iniciais de apresentação dos participantes, assim como o momento final de avaliação do Intercâmbio, são realizados com a presença de todos os participantes. Normalmente, existe uma tendência de essas oficinas serem iniciadas com a realização das caminhadas para exploração do ambiente, e, em seguida, o moderador dá prosseguimento da forma mais conveniente, obviamente com a preocupação do diálogo de saberes.

Existem, ainda, situações em que os grupos de agricultores que possuem pouca experiência com a Agroecologia realizam visitas a propriedades em outros municípios, que se encontram em estágio mais avançado de transição agroecológica. As visitas acontecem tanto para estimular os agricultores em fase inicial da transição agroecológica quanto para possibilitar o aprofundamento sobre experiências e/ou problemas, o que reforça o subtítulo da obra de Machín Sosa *et al.* (2012): *Quando o camponês vê, ele acredita*.

O acompanhamento da experiência em 2012

No ano de 2012, foram realizados um total de 25 Intercâmbios Agroecológicos na Zona da Mata de Minas Gerais, especificamente nos municípios de Araponga, Caparaó, Divino e Espera Feliz. A média de participantes nos Intercâmbios foi de 15 a 25 pessoas; sendo que nos Intercâmbios Ampliados este número chegou a em torno de 150 pessoas. Considerando que, do total dos 25 Intercâmbios realizados em 2012, três deles foram de natureza ampliada e aconteceram em Divino-MG, é possível identificar um número aproximado de 900 participantes no total dos Intercâmbios Agroecológicos em 2012. Destaca-se, ainda, que nos meses de junho e julho o número dos Intercâmbios foi menor tanto por ser o período da colheita do café, atividade agrícola predominante na região, que consome muito trabalho, quanto por ser o período de preparação e realização da troca de saberes, atividade de extensão universitária realizada há 4 anos no *campus* da UFV pelos mesmos parceiros do programa Intercâmbios Agroecológicos. A troca de saberes é um evento que reúne mais de 300 agricultores familiares da Zona da Mata que se propõe a fortalecer os vínculos entre universidade e sociedade “[...] propiciadores de uma ecologia de saberes que se diferencia dos clássicos difusionismos,

³ Nessas oficinas, os participantes são divididos em grupos menores, de forma a facilitar o diálogo, ficando em cada grupo um moderador. Os temas podem ser os mesmos dos Intercâmbios ou mais específicos, como Produtos de Limpeza Ecológicos, Mandalas de Sementes para as Crianças, Legislação Florestal, Beneficiamento dos Frutos da Palmeira Juçara.

assistencialismos e mera prestação de serviços” (ALVES *et al.*, 2011, p. 12).

Diante da caracterização dos princípios dos Intercâmbios Agroecológicos e da descrição do seu alcance na região, podemos concluir que abrem possibilidades vigorosas para a emergência dos saberes agroecológicos na Zona da Mata mineira. Antes, porém, uma avaliação mais profunda da relação entre os Intercâmbios Agroecológicos e os princípios da Educação do Campo pode contribuir para a sustentação dessa afirmativa.

Princípios da Educação do Campo e da Agroecologia

O conceito de *Educação do Campo* é recente, pois inexistia há 15 anos, e nasce como demanda dos movimentos sociais do campo para construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. A expressão é justificada pela atual contradição entre campesinato e agronegócio presente no espaço agrário brasileiro, que configura uma forte disputa territorial (FERNANDES, 2006).

Historicamente, o campo foi visto como local de atraso, de gente analfabeta, que precisava se desenvolver. Desenvolver significava seguir o modo de vida urbano. Daí ganhou força, no século XX, a tendência de redução do número de escolas rurais em comparação com as urbanas e da “urbanização” dos conteúdos das escolas rurais. Instala-se a conhecida relação entre campo e educação, segundo esta visão: sair do campo para estudar ou estudar para sair do campo.

Segundo Fernandes (2006), esse processo é decorrente de uma disputa de percepção e significação do campo. O campo para os camponeses é território, espaço de vida, de trabalho, de simbologias, de pertencimento. Já para o agronegócio, o campo é visto como espaço para produção de *commodities* e, portanto, como um setor da economia.

Quando a visão setorial de campo tornou-se hegemônica, a escola também aliou-se a uma visão setorial. Daí os movimentos populares passam a reivindicar uma nova concepção de educação decorrente de uma nova concepção de campo: “O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias. A economia não é uma totalidade, ela é uma dimensão do território” (FERNANDES, 2006, p. 27-28).

Portanto, a Educação do Campo é fruto de um conjunto de sujeitos coletivos que pautam a necessidade de uma escola que contemple uma visão mais ampliada de campo,

não sendo possível pensar o conceito de *Educação do Campo* apenas em termos de métodos e conteúdos. Com essa argumentação, a Educação do Campo se aproxima da tradição socialista:

[...] é desta tradição o acúmulo de pensar a dimensão formativa do trabalho, do vínculo da educação com os processos produtivos, de como não é possível pensar/fazer a educação sem considerar os sujeitos concretos e os processos formadores que os constituem como seres humanos desde a práxis social. Uma tradição que nos orienta a pensar a educação colada à vida real, suas contradições, sua historicidade; a pretender educar os sujeitos para um trabalho não alienado; para intervir nas circunstâncias objetivas que produzem o humano (CALDART, 2008, p. 81).

Arroyo (1999) sustenta uma argumentação complementar. Segundo esse autor, para pensarmos uma escola que dê sentido ao campo, é necessário compreender que a dimensão educativa está presente em vários espaços da vida humana: nas lutas, no trabalho, na produção, na família, e a escola é mais um desses espaços. Com essa afirmação, defende a pressão exercida pelos movimentos populares no reconhecimento da Educação do Campo, visto que esses processos educativos que se desenvolvem fora da escola precisam ser valorizados, organizados e socializados inclusive para servir à escola, de maneira que contribuam para “[...] dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade” (ARROYO, 1999, p. 14).

Os argumentos dos três autores apresentados acima seguramente nos fornecem um excelente ponto de partida para esclarecermos de que campo estamos falando e qual a educação pensada pelos povos do campo, afinal:

É o movimento das práticas e da reflexão sobre elas que constitui o movimento pedagógico que educa os sujeitos. E o desafio de educadores e educadoras é exatamente garantir a coerência deste movimento de práticas em torno de valores e de princípios que sustentem um determinado projeto de ser humano, de sociedade (CALDART, 2000, p. 44).

Portanto, partimos do entendimento de que o movimento da Educação do Campo expressa um conjunto de lutas sociais e práticas educativas em defesa de um novo paradigma de educação e de escola do campo, assim como a afirmação de outro projeto de campo e de sociedade (MOLINA, 2010).

A despeito da Agroecologia, diversos esforços foram empreendidos na busca por desvendar a trajetória e a evolução do conceito da *Agroecologia*. Por isso, direcionaremos os debates atuais com maior ressonância a respeito dos princípios e conceitos fundamentais da Agroecologia, que permanecem em disputa e, portanto, carecem de nosso posicionamento.

Há um viés que compreende a Agroecologia como processos técnicos de

inovação em agricultura sustentável. Por outro lado, outra corrente compreende que a Agroecologia tem raízes mais profundas e abarca também o fortalecimento da herança sociocultural dos agricultores, a valorização de sua matriz comunitária e a (re)organização social desses grupos. Assumimos essa segunda corrente por entender que ela propõe uma proposta mais efetiva de desenvolvimento territorial rural, visto que: “O seu sentido é de orientar e propor uma ruptura com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado na monocultura, no latifúndio, no agronegócio e na exclusão social” (RIBEIRO *et al.*, 2007, p. 258).

Wezel *et al.* (2009) traçam um panorama da evolução do conceito de *Agroecologia*, cujas primeiras referências datam de 1928 e consistiam na aplicação dos conceitos de Ecologia à agricultura. Segundo os autores, até os anos 1960, os primeiros cientistas a pesquisar Agroecologia eram das Ciências Biológicas, da Zoologia, Agronomia e da Fisiologia.

A expansão do termo *Agroecologia* se dá na década de 1970, em contraposição ao modelo implantado pela RV. É nessa década e na década posterior que a Agroecologia se instala enquanto conceito, valendo-se de “[...] um quadro distinto conceitual com métodos holísticos para o estudo dos agroecossistemas” (WEZEL *et al.* 2009, p. 3).

Somente após a virada do século é que a Agroecologia passa por uma mudança na escala de análise, indo além do agroecossistema e focando na rede global de produção de alimentos, distribuição e consumo. Essa mudança abre caminho para a compreensão da Agroecologia enquanto conjunto de práticas (como a conservação dos recursos naturais, manejo da fertilidade do solo adaptado e conservação da agrobiodiversidade) que servem de base para os diferentes movimentos agroecológicos na América Latina, e, nesse caso, Wezel *et al.* (2009) citam como exemplo o Brasil.

No Brasil, podemos dizer que a Agroecologia surge na tentativa de romper com a situação de dependência do campesinato, de expropriação e conseqüente perda da territorialidade. Sua trajetória está, desde o início, ligada à reivindicação dos movimentos sociais, extrapolando o viés unicamente de ciência. São os próprios camponeses, em suas parcerias com alguns cientistas, que propõem novas estratégias de desenvolvimento rural, em que o modo de vida camponês assumia centralidade. Como produto dessa discussão, emergem novos conceitos:

A Agroecologia propõe, de certa maneira, resgatar valores dos agricultores que estavam esquecidos, bloqueados pela lógica dominante da exploração agrícola. Tratam-se de coisas que os agricultores aprenderam desde crianças,

relacionadas à diversificação da produção, à subsistência das famílias. Juntamente com técnicas, formas de produção, há também um resgate de lembranças e sensações de uma vida com mais saúde, fartura, coisas que são importantes dentro da lógica, estratégias e trajetória dos agricultores (MAFRA, 2006, p. 36).

Para cumprir essa proposta, é necessário compreender a “[...] matriz comunitária em que se insere o agricultor, isto é, a matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais” (SEVILLA-GUZMÁN, 2005, p. 103). Somente de posse desse procedimento é que se torna possível a promoção da Agroecologia nos territórios camponeses. Percebemos, então, uma dilatação do conceito, a partir da incorporação de preocupações vindas dos campos das Ciências Humanas (Antropologia, Sociologia, Geografia, Educação, etc.). Assim, a Agroecologia passa a ser encarada de outra forma:

As práticas agroecológicas resultam culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, pois se constroem sobre o conhecimento agrícola tradicional, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna. [...] Isso leva a um processo de reconstrução das práticas e dos valores autóctones das etnias, conservando suas identidades culturais. [...] A Agroecologia deve ser encarada como um paradigma científico que agrupa várias áreas do conhecimento, com o intuito de perceber, estudar, interferir (enquanto sugestão) em processos sociais, políticos, organizativos, culturais, ecológicos e ambientais (LEFF, 2002, p. 41).

Ao destacarem a Agroecologia também como um movimento social, utilizam como exemplo a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), tocada pelos movimentos sociais; e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), tocada pelas universidades e institutos de pesquisa. Diante disso, os autores reafirmam a necessidade de compreender a Agroecologia a partir da tríade entre movimento, ciência e prática, já que:

[...] muitas vezes há uma ligação entre uma visão política (o movimento), uma aplicação tecnológica (as práticas) para atingir as metas e uma forma de produzir o conhecimento (a ciência). Um ponto-chave aqui para os cientistas é avaliar como essas conexões apertadas podem influenciar a ciência da Agroecologia, onde haverá aplicação para atender a uma visão política usando um conjunto de práticas tecnológicas (WEZEL *et al.*, 2009, p. 9-10).

Os estudos de Wezel *et al.* (2009) apontam portanto, para uma afirmação da Agroecologia enquanto paradigma necessário para o enfrentamento da atual degradação ambiental e sociocultural. Entretanto, esses estudiosos não são os únicos; assistimos no Brasil a pressão de movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e funcionários de órgãos e instituições públicas (como no caso da ABA-Agroecologia) pela promoção da Agroecologia em escala nacional, que culminou, recentemente, na a publicação do Decreto nº 7.794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia. No que tange às políticas públicas, De Schutter (2010) defende a necessidade de investir

em conhecimentos e nas formas de organização social e movimentos que estimulem redes de inovação entre os agricultores.

Uma das regiões importantes da construção da Agroecologia no Brasil é a Zona da Mata mineira, onde ela remonta à década 1980, numa articulação estabelecida desde o início entre agricultores familiares e suas organizações sociais; a ONG CTA-ZM e a UFV — especialmente os Departamentos de Solos e de Educação. É dessa parceria histórica que a Agroecologia nasce, consolida-se e busca avançar na Zona da Mata mineira como enfoque científico e metodológico (CARDOSO e MANCIO, 2010).

Analisando a Agroecologia na Zona da Mata mineira, é possível constatar que o “[...] conceito e a prática da Agroecologia vêm crescendo”, numa perspectiva na qual “[...] a pesquisa da realidade, a capacitação dos envolvidos e a produção do conhecimento são dimensões interligadas e inseparáveis da prática de extensão universitária” (CARDOSO e FERRARI, 2006, p. 28). Esse movimento vem aprendendo coletivamente a implementar um processo educativo, a partir da relação dialógica entre os diferentes sujeitos, orientado pelo resgate e pela valorização dos saberes populares, numa dinâmica marcada pelo entrelaçamento dos saberes populares e científicos, na produção de conhecimentos novos, úteis e compartilhados: os saberes agroecológicos (CARDOSO e MANCIO, 2010).

Educação do Campo e Agroecologia: afirmando o vigor da articulação!

Há muito essas atividades junto a agricultores vêm sendo interpretadas à luz de seus significados para questões de natureza técnica; seja de manejo do solo, seja de consórcio das espécies, conservação de nascentes, entre outras técnicas que são componentes indispensáveis a um modelo de agricultura não tão degradante e dependente de recursos externos como predomina atualmente. Entretanto, já temos elementos para afirmar que o alcance da Agroecologia vai além das questões de natureza técnica, caracterizando-se também por uma vigorosa natureza educativa, e os Intercâmbios Agroecológicos demonstram este fato.

Sustentamos essa afirmativa com o entendimento de que práticas educativas não são posse exclusiva da escola, ou melhor, a educação não deve passar a ser refém do sistema escolar, como afirma Canário (2005). É preciso compreender que o espaço (ou o território) educativo ultrapassa e muito o ambiente escolar.

Ao refletir sobre a escola, Canário (2005) destaca a necessidade de: i) ressaltar a dimensão educativa do trabalho; ii) estimular o gosto pelo ato intelectual de aprender;

iii) estimular o gosto pela política, pela democracia, pelo direito à palavra.

Entendemos que os Intercâmbios Agroecológicos potencializam esses procedimentos, exatamente porque trazem à cena a dimensão do trabalho dos agricultores agroecológicos. É perceptível que os espaços de caminhada socializam e estimulam o gosto pela aprendizagem, pois o tempo todo nos deparamos com questões como “Por que você plantou esta planta em vez da outra?” e “Pra que serve esta planta?”. Em relação ao direito à palavra, entendemos que ele se exerce o tempo todo; seja durante a história das famílias e das comunidades; seja durante as caminhadas ou no retorno, com a socialização. Socialização que é provocativa, instigante, e busca o princípio freiriano da dialogicidade. Esse princípio é tratado por Freire não como uma técnica, mas como algo que faz parte da natureza humana. Por isso, cabe ao educador refazer constantemente sua cognoscibilidade através da cognoscibilidade dos educandos:

O objeto a ser conhecido, num dado lugar, vincula esses dois sujeitos cognitivos, levando-os a refletir juntos sobre o objeto. O diálogo é a confirmação conjunta do professor e dos alunos no ato comum de conhecer e reconhecer o objeto de estudo. Então, em vez de transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa do professor, o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto (FREIRE e SHOR, 1986, p. 65).

Além de uma marcante preocupação pedagógica, explicitada nos fundamentos de dialogicidade, destacamos uma preocupação com a didática durante a realização dos Intercâmbios. Para aprofundarmos no assunto, talvez seja necessário recorrer à resposta de Libâneo, quando perguntado o que é *didática*:

É a teoria e prática do ensino, é o estudo dos processos de ensino e aprendizagem referentes a um conteúdo específico. A didática estuda as condições e os modos do ato de ensinar que favorecem e tornam eficaz o ato de aprender, dentro de determinados contextos situacionais, políticos, culturais, etc. (LIBÂNEO, 2002, p. 35).

Durante a realização dos Intercâmbios Agroecológicos, acreditamos ter vários procedimentos didáticos, por exemplo: i) a caminhada pela propriedade, em que se desenrola grande parte do contexto político, cultural e educativo; ii) a socialização da caminhada, em que a própria natureza oferece recursos didáticos para o processo de ensino-aprendizagem, tais como sementes, raízes, frutos, solos; iii) o aprofundamento das temáticas, mediado por um professor ou um técnico, que tem a tarefa de realizar essa tarefa dialogando com os elementos socializados. Normalmente, ao fim, distribuem-se cartilhas ou outro material informativo que aborda e aprofunda a temática em questão.

Apesar de ser dotadas de boas propostas, nada garante um desenvolvimento

ideal da proposta. Os Intercâmbios Agroecológicos necessitam de alguns pré-requisitos do técnico ou do professor, como: conhecimento da disciplina e experiência no diálogo com agricultores. Libâneo destaca conhecimentos e práticas necessários ao professor para que se concretize uma boa prática didática:

- Introduzir objetivos explícitos ou implícitos, de cunho ético, ideológico, filosófico, político, que dão determinada direção ao trabalho docente.
- Transformar o saber científico em conteúdos formativos, isto é, em função de propósitos educativos.
- Selecionar e organizar conteúdos mediante critérios lógicos, ideológicos e psicológicos, estabelecendo uma determinada sequência conforme idade, nível de desenvolvimento mental, experiência sociocultural dos alunos.
- Utilizar métodos e procedimentos de ensino que não são dados naturalmente apenas pelos métodos de investigação da matéria ensinada.
- Trabalhar numa determinada estrutura organizacional em que participa como membro de um grupo social, compartilha valores, opiniões, crenças e práticas de interação e convivência.
- Estabelecer determinadas formas de interação social com alunos, com implicação de elementos afetivos (LIBÂNEO, 2002, p. 12).

Os procedimentos dos Intercâmbios Agroecológicos, anteriormente descritos, demonstram essas preocupações, como, por exemplo, a de transformar o saber científico em conteúdos formativos. O importante não é explicar minuciosamente quais as reações físico-químicas desencadeadas no esterco de gado pela ação da vermicompostagem (produção de húmus pela minhoca), mas buscar o entendimento comum de que o produto final do minhocário trará muito mais benefícios ao solo, às plantas e à família agricultora. Os elementos afetivos, referenciados acima por Libâneo, tornam-se presentes à medida que conta o histórico da propriedade, da família e da comunidade, e isso cria, como denomina o CTA-ZM, “ambientes de interação agroecológica” bastante promissores.

Ainda sob o prisma de um entendimento pedagógico sobre a realização dos Intercâmbios Agroecológicos na Zona da Mata mineira, acreditamos ser importante trazer à tona as reflexões de Saviani (2001). Para esse autor, a aplicação de métodos de ensino da pedagogia revolucionária prescinde de cinco passos:

- 1º) O ponto de partida não é o professor, mas a prática social.
- 2º) A problematização: detectar questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social.
- 3º) Instrumentalização: apropriar-se dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento da problematização.
- 4º) Catarse: incorporação dos elementos culturais, transformados em elementos de transformação social.

5º) Novamente, a prática social.

Essa consideração é de extrema importância, posto que as ações educativas são direcionadas a transformações das práticas sociais e, para tanto, devem partir delas. No acompanhamento dos Intercâmbios, verificamos exatamente esse processo: os primeiros realizados numa comunidade cumprem um papel de diagnóstico e de problematização; após passarem por várias casas da comunidade, retornam à primeira visitada e buscam detectar as transformações verificadas. A partir disso, estabelecem-se novas problematizações, que, aos poucos, vão sendo sanadas com a participação dos demais agricultores e dos técnicos presentes.

Saviani (2001) assegura que esse procedimento constitui uma orientação segura tanto para o processo de descoberta de novos conhecimentos (método de pesquisa) como para o processo de transmissão-assimilação de conhecimentos (método de ensino).

As argumentações feitas acima nos levam a concordar com Canário (2005): as ações pedagógicas se realizam em todos os espaços sociais, daí a necessidade de tratarmos de territórios educativos, em vez de territórios escolares. Essa distinção é, seguramente, apropriada para uma análise dos Intercâmbios, tendo em vista a ausência dos procedimentos escolares tradicionais.

Assim, notamos uma fecunda articulação entre Educação do Campo e Agroecologia na proposta dos Intercâmbios Agroecológicos. A começar pelo protagonismo dos agricultores e das organizações, pois quem promove os Intercâmbios é o STR dos municípios, que tem o CTA-ZM e a UFV como parceiros. Os Intercâmbios são, em essência, problematizadores das questões relativas ao trabalho, à cultura e ao embate entre projetos de campo, pois dão centralidade ao trabalho familiar, ao resgate de sementes e variedades crioulas (tradicionais) e, ao passo que buscam fortalecer e ampliar a Agroecologia, travam um profundo enfrentamento ao uso dos agrotóxicos, fomentando, portanto, o embate entre projetos para o campo brasileiro.

As atividades de intercâmbio podem vir a alimentar práticas educativas nos diversos territórios, traçando experiências “portadoras de futuro”, como denomina Canário (2005). Para esse autor, existem três pontos relevantes nas práticas educativas no campo:

- 1 – A abordagem ecológica da ação educativa.
- 2 – A educação escolar inscrita num processo de educação permanente e maior.
- 3 – A valorização dos processos educativos não formais, em que a educação não formal

constitui a matriz das aprendizagens mais significativas.

Portanto, acreditamos que essas iniciativas fornecem elementos para o enfrentamento ao conjunto das forças hegemônicas em desenvolvimento atualmente, pois entendemos que é “[...] a partir da síntese entre as dimensões sociais da ação educativa e as dimensões educativas da ação social que se torna possível fazer coincidir um projeto globalizado de desenvolvimento local (CANÁRIO, 2005, p. 181).

Nossos aprendizados

Ao longo deste trabalho, foi possível descrever e analisar os Intercâmbios Agroecológicos e seus impactos no contexto da Zona da Mata mineira. Em 2012, foram mais de 900 participantes das 25 realizações, essencialmente em quatro municípios. As etapas de realização dos Intercâmbios foram relatadas, analisadas e significadas à luz dos conceitos pedagógicos e, mais especificamente, da Educação do Campo.

O potencial educativo dessas experiências é impressionante. Ainda que elas se desenvolvam fora do ambiente escolar, verificamos ambientes de grande fertilidade para o diálogo e produção de conhecimento. A cada encontro, os participantes voltam para casa com cartilhas, sementes e mudas; e, além disso, cheios de aprendizados novos, construídos ali entre uma prosa e outra durante a caminhada pelo cafezal do vizinho, pela horta ou na cozinha da casa. Informações e conhecimentos renovados durante os momentos de socialização são apreendidos mais facilmente diante de ambientes de sociabilidade, em que agricultor fala para agricultor, um vê a experiência do outro e se percebe capaz de experimentar também.

Entendemos, portanto, que os Intercâmbios Agroecológicos, como espaços de promoção da Agroecologia e da Educação do Campo, vêm estimulando a constituição de territórios educativos promissores no sentido de fortalecer a Agroecologia, a cultura camponesa, os laços territoriais e a educação vista de forma mais ampliada. Afinal: “O foco de nosso olhar não pode ser somente a escola, o programa, o currículo, a metodologia, a titulação dos professores. Como educadores temos de olhar e entender como nesse movimento social vêm se formando, educando um novo homem, uma nova mulher, criança, jovem ou adulto” (ARROYO, 1999, p. 10).

Referências bibliográficas

ALVES, L. C. F.; BARBOSA, W. A.; CARDOSO, I. M.; MÂNCIO, A. B.; JUCKSCH, I.; COELHO, E. P.; SANTOS, M. L. dos (orgs.). **Troca de Saberes: Flores e Sombras**

da Agroecologia. Viçosa: UFV, 2011.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, Editora Eletrônica: Zenaide, 1999.

BARBOSA W. A. **Cultura Puri e Educação Popular no Município de Araponga – MG**: Duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente (tese de doutorado). UFSC. 2005.

CALDART, R. S.; BENJAMIN, C. **Projeto Popular e Escola do Campo**. Coleção por Uma Educação Básica no Campo. Brasília, DF. nº 3, 2000.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, M. A. (org). **Por uma Educação do Campo**: Campo-Políticas Públicas-Educação. 1ª ed. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 77-86.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli S. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CANÁRIO, R. **O que é Escola?** Um “Olhar” Sociológico. Porto: Porto Editora, 2005.

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A. Construindo o Conhecimento Agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas**, v. 3 nº 4. Dezembro de 2006, p. 28-32 (disponível: <http://agriculturas.leisa.info>).

CARDOSO, I. M.; BENTO, A. M. **Conhecimento Científico e Popular na Construção da Agroecologia**. In: LANA, R. P.; GUIMARÃES, G.; VELOSO, C. M.; MACHADO, T. M. M.; SOUZA, M. R. M.; MANCIO, A. B.; LIMA D. V.; SILVA, J. C. P. M. (org.). **II Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável**. Viçosa: Imprensa Universitária, 2010, v. 1, p. 259-269.

DE SCHUTTER, O. **Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food**. UN General Assembly. Human Rights Council Sixteenth Session, Agenda item 3 A/HRC/16/49. 2010.

FERNANDES, B. M. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia**. O Cotidiano do Professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1986.

HOLT-GIMENEZ, E. **Scalin up sustainable agriculture: Lessons from the Campesino a Campesino movement**. Leisa Magazine. Outubro de 2011. p. 27-29.

LEFF, H. Agroecologia e Saber Ambiental. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n. 1, jan./mar. 2002. p. 36-51.

LIBANEO, J. C. **Didática**: velhos e novos temas. Edição do Autor, 2002.

MAFRA, F. L. N. **Práticas, Poder e Perspectivas em Reconstrução**: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais. 161 p. (tese de doutorado) Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

MAKARENKO, A. **Poema Pedagógico**. São Paulo: Editora 34, 2005.

MOLINA, M. C. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa II**. 1ª ed. Brasília: Nead.

2010. v. 1. 211 p.

RIBEIRO, S.; FERREIRA, A. P.; NORONHA, S. **Educação do Campo e Agroecologia**. In: **Articulação Nacional de Agroecologia. Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos papéis, novas identidades**. Rio de Janeiro: Gráfica Popular, 2007. p. 257-267.

ROSSET, P. M.; MACHÍN SOSA, B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A. **The Campesino-to-Campesino agroecology movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty**. Journal of Peasant Studies, 38: 1, 2011. p. 161-191.

SAVIANI, d. **Escola e Democracia: problemas do nosso tempo**. 34ª ed. Autores Associados, 2001.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa. Informação Tecnológica, 2005. p.101-130.

SOSA, M. B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A.; ROSSET, P. M. **Revolução Agroecológica: O Movimento Camponês a Camponês da Anap em Cuba**. 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice**. A review. Agron. Sustain. Dev, 2009.

Figura 1 – Área de abrangência do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (Fonte: Arquivo CTA-ZM).

Figura 2 – Agricultor de Caparaó-MG apresentando sua experiência em compostagem.

Figura 3 – Elementos da caminhada: base para socialização e aprofundamento dos saberes.

Figura 4 - Diversidade dos tipos atuais de aceções da Agroecologia (adaptado de WEZEL *et al.*, 2009, p. 3).